

Assembleia prepara delegação ao Congresso do Andes-SN

Na reunião, professores também aprovaram as contas da gestão 2013-2015 da Seção Sindical

"Defesa do caráter público, gratuito e de qualidade da educação e defesa dos serviços públicos de qualidade e dos direitos dos trabalhadores, ampliando a unidade classista dos movimentos sindical e popular." Esta resolução deverá ser central para a luta dos professores no ano que se inicia, de acordo com a Assembleia Geral da Adufrj-SSind. O texto será apresentado pela diretoria do Andes-SN ao congresso da categoria, marcado para o fim do mês, em Curitiba (PR) e, por recomendação do Conselho de Representantes, acabou referendado sem modificações na reunião realizada no auditório da Escola de Serviço Social da UFRJ desta segunda-feira (11/01).

A Assembleia da Adufrj também apontou como "tarefa político-pedagógica" a construção do II Encontro Nacional de Educação, que a diretoria do Andes-SN propõe para junho deste ano, em Brasília (DF). Com poucas mudanças de redação, os professores da UFRJ ainda aprovaram o plano de lutas esboçado pelo Sindicato Nacional para o Setor das Federais.

Diante do pouco tempo para deli-

berar sobre o Caderno de Textos (guia dos trabalhos dos representantes ao congresso sindical), ficou agendada uma reunião da delegação da Adufrj para analisar o restante de seu conteúdo no dia 21, às 15h, no Fundão. Assim que possível, o local será informado pela diretoria da entidade.

Serão delegados da Adufrj-SSind ao Congresso de Curitiba os professores: Cláudio Ribeiro (FAU); Cleusa Santos (ESS); Cristina Miranda (CAp); Elaine Martins Moreira (ESS); Eunice Bomfim (FAU); Gustavo Camargo (campus Macaé), indicado pela diretoria; Gustavo Repetti (ESS); Liv Sovik (ECO); Mariana

Trotta (FND); Regina Pugliese (CAp); Salatiel Menezes (Instituto de Biofísica); Sara Granemann (ESS); Tatiana Rappoport (Instituto de Física); e Vicente Gil (DGEI). Como observadores, também participarão Licius Bossolan e Martha Werneck (ambos da EBA).

Aprovada a prestação de contas da gestão 2013-2015

Na assembleia, os professores aprovaram, por unanimidade, a prestação de contas da gestão 2013-2015, conforme indicado pela atual diretoria e o Conselho de Representantes. Nos dois anos, foram arrecadados aproximadamente R\$ 6 milhões e gastos R\$ 6,1 milhões. O caixa da entidade terminou o período com pouco mais de R\$ 800 mil. As atividades da greve de 2015 custaram cerca de R\$ 425 mil aos cofres da Seção Sindical.

O detalhamento das contas, conforme enfatizou a gestão atual, está no site da Adufrj. E daqui em diante, há o compromisso de manter esta transparência com o uso dos recursos dos sindicalizados.

A matéria completa sobre a assembleia pode ser vista em <http://goo.gl/gIx7am>



Dilma sanciona Código de Ciência, Tecnologia e Inovação

A presidente Dilma Rousseff sancionou, na manhã do último dia 11, o Código de Ciência, Tecnologia e Inovação proveniente do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 77/2015.

Para a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a nova legislação dará mais agilidade, mais flexibilidade, menos burocracia e menos barreiras à ação integrada entre agentes públicos e privados. O novo Marco Legal de CT&I

permite, por exemplo, que pesquisadores em regime de dedicação exclusiva nas instituições públicas possam exercer atividades remuneradas em empresas e, também, que professores de instituições federais de ensino possam exercer cargos de direção máxima em fundações de apoio à inovação, inclusive recebendo remuneração adicional.

Já para Eptácio Macário, 2º vice-presidente do Andes-SN e um dos coordena-

dores do Grupo de Trabalho de Ciência e Tecnologia (GTCT) do Sindicato Nacional, o Código de Ciência, Tecnologia e Inovação é um retrocesso, pois alarga as vias de privatização do fundo público na área, prejudicando o caráter público de universidades e institutos.

A Comunicação da Adufrj irá aprofundar o tema em futuras matérias (**Fontes: sites da SBPC e do Andes-SN**)

PL que reajusta salário dos professores federais está na Câmara

Já está na Câmara dos Deputados o projeto de lei do governo que altera a remuneração dos professores do magistério federal nos próximos anos. O Projeto de Lei 4251/2015, apresentado àquela casa legislativa no último dia do ano passado, aguarda o fim do recesso parlamentar (em fevereiro) para iniciar sua tramitação. Para ler a íntegra do PL, basta acessar: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Projetos/PL/2015/msg609-dezembro2015.htm.

Tal como acordado com outras categorias de servidores, estão previstas duas

parcelas de reajuste salarial para os docentes: 5,5% em agosto deste ano e 5% em janeiro de 2017. A novidade do PL, porém, é a proposta de definição de relações percentuais entre vencimento básico, retribuição por titulação e jornada de trabalho. Este processo seria implementado em três etapas: em agosto de 2017, em agosto de 2018 e em agosto de 2019, conforme parâmetros estabelecidos no anexo ao projeto de lei. Além disso, não estão descartadas negociações por novos aumentos salariais de 2018 em diante.

Aumento também nos benefícios

No acordo que deu origem ao projeto de lei — assinado pelo Proifes, mas não pelo Andes-SN —, também havia previsão, entre outras mudanças, de aumento dos benefícios: o auxílio-alimentação deverá passar de R\$ 373,00 para R\$ 458,00; o valor per capita médio da assistência à saúde vai de R\$ 117,78 para R\$ 145,00; e a assistência pré-escolar (também valor per capita médio) cresce de R\$ 73,07 para R\$ 321,00. Para ser efetivada, esta parte não precisa de lei e deverá ser cober-

ta por decreto ou portaria.

AG da Adufrj, em novembro, aprovou assinatura da proposta

Realizada no fim de novembro, uma Assembleia Geral da Adufrj-SSind aprovou a assinatura da proposta anunciada pelo Ministério do Planejamento para os professores federais. Na assembleia, todos concordaram que os reajustes propostos pelo governo para 2016 e 2017 são insatisfatórios, mas a possibilidade de reestruturar a carreira moveu a maioria dos professores a votar favoravelmente ao acordo.

Processo dos 3,17%: prazo acaba em 31 de janeiro

Desde 14 de dezembro, está disponível no site da Adufrj a listagem contendo os nomes de todos os professores contemplados na ação dos 3,17%. No documento, estão relacionados os professores sindicalizados e não sindicalizados.

Caso algum professor identifique que não foi incluído, deverá procurar a Adufrj até o dia 31 de janeiro de 2016. Mas, atenção, é preciso verificar, antes, se o docente já não foi beneficiado por ação idêntica, movida pelo Sintufrj.

O processo está em fase de liquidação, o que significa dizer que estão sendo realizados os cálculos dos valores devidos individualmente a cada professor. A Adufrj está providenciando os cálculos de todos os professores sindicalizados contemplados na ação.

Aos não sindicalizados, há duas opções: os que desejarem se filiar ao sindicato, terão os cálculos custeados pela Adufrj; os que não desejarem se filiar, poderão efetuar o pagamento individualmente, na quantia de R\$ 100,00, que é cobrada pelo contador atualmente responsável pela elaboração dos cálculos. A cobrança será realizada em momento posterior à conferência da listagem.

Confira em <http://goo.gl/SDEkHg> a lista e quais procedimentos devem ser realizados, se necessários.

Ciência e Cultura na UFRJ em debate

Plenária abre possibilidade de financiamento privado

O Seminário Você Faz Cultura da UFRJ, desde 2012, é responsável pela formulação da política científico-cultural da universidade, que é votada no Consuni. Nesse dia 12 de janeiro, uma plenária discutiu emendas às diretrizes em vigor desde agosto de 2014 e um plano de ação do setor para o período entre 2016 e 2019.

Entre as emendas aprovadas, existe a abertura para fontes de financiamento privadas. A proposta reitera em texto a necessidade de que, “predominantemente”, o fomento das políticas culturais da universidade deva se dar via verbas públicas próprias, mas admite que “não se deve ignorar, porém, a possibilidade de obter apoio por outras fontes, inclusive sob a forma de renúncia fiscal, desde que preservada

a autonomia da Universidade frente a interesses privados e ditames do mercado.” Ainda em relação ao financiamento, o documento critica a competitividade pelas “escassas verbas” através de editais públicos.

Além dessa mudança, a aprovação do Plano de Ação 2016-2019 do Seminário Você Faz Cultura também passará a ser submetida não só ao Conselho Universitário, mas previamente ao Conselho de Ensino de Graduação (CEG), ao Conselho de Ensino para Graduados (CEPG) e à Plenária de Extensão da universidade. Além de ao próprio Conselho Diretor do Fórum de Ciência e Cultura.

Outra plenária do seminário, ainda sem data prevista, finalizará os pontos do Plano em discussão: entre eles, infraestrutura, meios e recursos.